



EDITAL VERTICALIZADO PMGO



EDITAL VERTICALIZADO – SOLDADO PMGO

CONHECIMENTOS GERAIS:

LÍNGUA PORTUGUESA:	TEORIA	REVISÃO	QUESTÕES
Compreensão e interpretação de texto.			
Tipologia e gêneros textuais			
Figuras de linguagem.			
Significação de palavras e expressões.			
Relações de sinonímia e de antonímia.			
Ortografia. Acentuação gráfica. Uso da crase.			
Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto.			
Locuções verbais (perífrases verbais). Funções do “que” e do “se”.			
Elementos de comunicação e funções da linguagem. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual; emprego de tempos e modos verbais. Domínio dos mecanismos de coerência textual.			
Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade			
Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação). Concordância verbal e nominal.			
Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto			
Função textual dos vocábulos. Variação linguística.			
Redação Oficial.			

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS:	TEORIA	REVISÃO	QUESTÕES
Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia, industrialização, infraestrutura e planejamento			
Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.			
Aspectos da história política de Goiás: os bandeirantes e a colonização, o coronelismo e oligarquia na República Velha, a Revolução de 1930, aspectos políticos e administrativos de 1930 até os dias atuais.			
Aspectos da História Sociocultural de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular goiana.			
Atualidades econômicas, políticas, sociais e culturais do Estado de Goiás.			

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO PENAL	TEORIA	REVISÃO	QUESTÕES
Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal			
Aplicação da lei penal. (art. 1º - 12)			
Princípios da legalidade e da anterioridade			
A lei penal no tempo e no espaço.			
Tempo e lugar do crime			
Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal			
Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena			
Interpretação da lei penal. (arts. 13 a 18)			
Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais.			
Crimes contra a pessoa. (arts. 121 a 154)			
Crimes contra o patrimônio. (arts. 155 a 183)			
Crimes contra a administração pública. (arts. 312 a 359-H)			
Lei Maria da Penha (Lei federal nº 11.340/2006, arts. 01a 07).			

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL	TEORIA	REVISÃO	QUESTÕES
Dos princípios fundamentais. (arts. 1º ao 4º da Constituição Federal)			
Dos direitos e garantias fundamentais (direitos e deveres individuais e coletivos, nacionalidade). (arts. 5º a 17 da Constituição Federal)			
Da organização do Estado (organização político-administrativa, União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios. Militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios)). (arts. 18 a 33)			
Da organização dos poderes - Poder legislativo, congresso nacional, atribuições do congresso nacional, câmara dos deputados, senado federal, deputados e senadores (arts. 44 a 56)			
Processo legislativo (arts. 59 a 69)			
Poder executivo (arts. 76 a 91)			
Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas - Estado de Defesa e Estado de Sítio (arts. 136 a 139)			
Forças Armadas (arts. 142 a 143)			
Segurança pública (art. 144)			
Da administração pública. (arts. 37 a 43)			

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL	TEORIA	REVISÃO	QUESTÕES
Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.			
1.1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal. (Arts. 1º - 3º)			
Inquérito Policial. (arts. 4º a 23)			
Ação Penal. (arts. 24 a 62)			
Da Prisão, medidas cautelares e da Liberdade Provisória. (arts. 282 a 350)			
Lei federal nº 7.960/1989 (prisão temporária).			
Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. (arts. 513 – 518)			
O habeas corpus e seu processo (arts. 647 – 667)			
Jurisdição e competência. (arts. 69 – 91).			
Das questões e processos incidentes. (arts. 92-154).			
Da prova. (arts. 155 – 250)			
Do processo comum. (arts. 394-497)			
Das nulidades e dos recursos. (Arts. 563-667)			

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO	TEORIA	REVISÃO	QUESTÕES
Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.			
Organização administrativa do Estado; administração direta e indireta.			
Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.			
Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder.			
Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação.			
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado			
Lei federal nº 8.429/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa)			
Leis de licitação (8.666/93 e 14.130/2021)			
Lei Estadual nº 13.800 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás).			

Noções de Direito Penal Militar	TEORIA	REVISÃO	QUESTÕES
Decreto-Lei 1.001/69. Aplicação da lei penal militar. (arts. 1º a 28)			
Do Crime. (arts. 29 a 47)			
Da Imputabilidade Penal. (arts. 48 a 52)			
Concurso de agentes. (arts. 53 e 54)			
Das penas principais (arts. 55 a 97)			
Das Penas acessórias. (arts. 98 a 108)			
Efeitos da condenação. (art. 109)			
Ação penal. (arts. 121 e 122)			
Extinção da punibilidade. (arts. 123 a 135)			
Dos crimes militares em tempo de paz. (arts. 136 a 354)			
Dos crimes militares em tempo de guerra (arts. 355 a 408)			

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	TEORIA	REVISÃO	QUESTÕES
Tráfico ilícito e uso indevido de drogas (Lei nº 11.343/2006).			
Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90).			
Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89).			
Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019)			
Definição dos crimes de tortura (Lei nº 9.455/97).			
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).			
Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003).			
Crimes previstos no Código de proteção e defesa do consumidor (Lei nº 8.078/1990)			
Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/98			
Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95 e 10.259/2001).			
Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997)			
Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).			
Lei das Organizações Criminosas . Lei nº 12.850/2013			
Pacote Anticrime. (Lei 19.964/19)			

Noções de Direito Processual Penal Militar	TEORIA	REVISÃO	QUESTÕES
Decreto-Lei 1002/69. Da Lei processual penal militar e sua aplicação.			
Da polícia judiciária militar.			
Da ação penal militar.			
Do juiz, auxiliares e partes no processo			
Da denúncia. Do foro militar			
Da competência, desaforamento e dos conflitos de competência.			
Das questões prejudiciais. Dos incidentes. Das medidas preventivas e assecuratórias. Das comunicações processuais			
Das provas.			
Dos processos. Das nulidades e dos recursos. Da execução.			
Da justiça militar em tempo de Guerra.			
Do inquérito policial militar.			

"Confira agora os itens mais cobrados pela banca AOCF – responsável pelo último **concurso da PMGO (Soldado e Oficial – 2022)** e saia na frente dos concorrentes!"

DIREITO CONSTITUCIONAL	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTS. 34 A 43 DA CF)	45,70%
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (ARTS. 18 A 36 DA CF)	17,00%
PROCESSO LEGISLATIVO E MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 59 A 69)	15,17%
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART 5º DA CF)	11,88%
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ARTS. 1º AO 4º DA CF)	3,47%
PODER LEGISLATIVO (ARTS. 44 A 58 DA CF)	3,47%
PODER EXECUTIVO (ARTS. 76 A 91 DA CF)	1,65%
DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS (ARTS. 136 A 144 DA CF)	1,65%
NACIONALIDADE (ARTS. 12 E 13 DA CF)	<1,00%

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ARTS. 1º AO 4º DA CF)	INCIDÊNCIA
PRINCÍPIOS QUE REGEM A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL EM SUAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (ART. 4º DA CF/88)	29,0%
FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ART. 1º, INCISOS I A V DA CF/88)	26,8%
OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (ART. 3º DA CF/88)	25,8%
CARACTERÍSTICAS DA RFB (ART. 1º, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO DA CF/88)	16,1%
PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES (ART. 2º DA CF/88)	3,2%

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART 5º DA CF)	INCIDÊNCIA
CATÁLOGO DE DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS ESTABELECIDOS NO ART. 5º DA CF/88, EXCETO REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	84,48%
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS - MANDADO DE SEGURANÇA, MANDADO DE INJUNÇÃO, HABEAS CORPUS, HABEAS DATA E AÇÃO POPULAR (ART. 5º, INCISOS LXVIII, LXIX, LXX, LXXI, LXXII E LXXIII DA CF/88)	9,48%
APLICABILIDADE IMEDIATA (ART. 5º, § 1º DA CF/88)	1,72%
ENUMERAÇÃO ABERTA (ART. 5º, § 2º DA CF/88)	1,72%

TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS COM FORÇA DE EMENDA CONSTITUCIONAL (ART. 5º, § 3º DA CF/88)	1,72%
--	-------

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (ART. 5º, § 4º DA CF/88)	0,86%
TEORIA gERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	0,00%

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (ARTS. 18 A 36 DA CF)	INCIDÊNCIA
COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO (ART. 22)	18,2%
COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL (ART. 24)	18,2%
ORGANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (ART. 29 DA CF)	12,1%
COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS (ART. 20 DA CF)	12,1%
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, CAPITAL FEDERAL E ALTERAÇÕES TERRITORIAIS (ART. 18 DA CF)	9,1%
COMPETÊNCIA COMUM DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS (ART. 23)	6,1%
COMPETÊNCIAS DA UNIÃO (ART. 21)	6,1%
VEDAÇÕES AOS ENTES FEDERADOS (ART. 19 DA CF)	3,0%
BENS DA UNIÃO (ART. 20 DA CF)	3,0%
DESPESA DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL (ART. 29-A DA CF)	3,0%
FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO (ART. 31 DA CF)	3,0%
TERRITÓRIOS (ART. 33 DA CF)	3,0%
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS (ART. 25 DA CF)	0,00%
BENS DOS ESTADOS (ART. 26 DA CF)	0,00%
NÚMERO DE DEPUTADOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (ART. 27 DA CF)	0,00%
ELEIÇÃO E MANDATO DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR. FIXAÇÃO DE SEUS SUBSÍDIOS E DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO (ART. 28 DA CF)	0,00%
DISTRITO FEDERAL (ART. 32 DA CF)	0,00%

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS (ARTS. 136 A 144 DA CF)	INCIDÊNCIA
DISPOSIÇÕES SOBRE CADA UM DOS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM A SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144, §§ 1º A 6º DA CF/88)	39,5%
ESTADO DE DEFESA (ARTS. 136 DA CF/88)	15,8%
ESTADO DE SÍTIO (ARTS. 137 A 139 DA CF/88)	15,8%
FINALIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA E ROL DE ÓRGÃOS QUE A EXERCEM (ART. 144, CAPUT E INCISOS I A VI DA CF/88)	10,5%
DISPOSIÇÕES GERAIS (ART. 140 DA CF/88)	5,3%
FORÇAS ARMADAS (ARTS. 142 E 143 DA CF/88)	5,3%
GUARDAS MUNICIPAIS (ART. 144, §§ 1º A 6º DA CF/88)	5,3%
SEGURANÇA VIÁRIA (ART. 144, § 10 DA CF/88)	2,6%
LEI DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144, § 7º DA CF/88)	0,00%
REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES POLICIAIS (ART. 144, § 9º DA CF/88)	0,00%

LINGUA PORTUGUESA	
INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS; TEMPOS E MODOS VERBAIS	38,66%
CLASSES DE PALAVRAS; FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS	16,61%
LINGUAGEM; TIPOLOGIA TEXTUAL; FONÉTICA	10,54%
SEMÂNTICA; REGÊNCIA VERBAL; REGÊNCIA NOMINAL	9,27%
ORTOGRAFIA; ACENTUAÇÃO GRÁFICA; CRASE	6,71%
TERMOS DA ORAÇÃO; PARTÍCULA «SE»; VOCÁBULO "QUE"; VOCÁBULO "COMO"	5,75%
RELAÇÃO DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO DAS ORAÇÕES; PONTUAÇÃO	4,15%
REESCRITA DE FRASES	3,83%
CONCORDÂNCIA VERBAL; CONCORDÂNCIA NOMINAL; VOZES VERBAIS	3,51%
FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES ÁTONOS; FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES RELATIVOS; COLOCAÇÃO PRONOMINAL	0,96%

DIREITO PROCESSUAL PENAL	
INQUÉRITO POLICIAL	31,03%
PROVAS EM ESPÉCIE: EXAME DE CORPO DE DELITO, INDÍCIOS, BUSCA E APREENSÃO, LOCAL DO CRIME	27,58%
PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA	25,86%
AÇÃO PENAL	13,79%
PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL; SISTEMAS PROCESSUAIS; APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL	1,72%

PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL; SISTEMAS PROCESSUAIS; APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL	INCIDÊNCIA
INADMISSIBILIDADE DE PROVAS ILÍCITAS	100%

INQUÉRITO POLICIAL	INCIDÊNCIA
FORMAS DE INSTAURAÇÃO DO IP	35,70%
COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE POLICIAL	21,42%
ATRIBUIÇÕES DA AUTORIDADE POLICIAL NO IP	14,28%
CARACTERÍSTICAS DO IP	14,28%
ARQUIVAMENTO DO IP	7,14%
INDICIAMENTO	7,14%

AÇÃO PENAL	INCIDÊNCIA
CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL	33,33%
AÇÃO PENAL PÚBLICA	33,33%
AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA	11,11%
DENÚNCIA E QUEIXA	11,11%
NOÇÕES gERAIS	11,11%

PROVAS EM ESPÉCIE: EXAME DE CORPO DE DELITO, INDÍCIOS, BUSCA E APREENSÃO, LOCAL DO CRIME	INCIDÊNCIA
PROVA PERICIAL E EXAME DE CORPO DE DELITO	75,00%
CONCEITO E TERMINOLOGIA	15,00%
SISTEMA DE VALORAÇÃO DA PROVA	15,00%

PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA	INCIDÊNCIA
PRISÃO EM FLAGRANTE	41,66%
PRISÃO PREVENTIVA	25,00%
LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA	16,67%
PRISÃO TEMPORÁRIA	16,67%

DIREITO PENAL	
DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	15,33%
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	14,29%
TEORIA DO CRIME	14,29%
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNC. PÚB. CONTRA A ADM.	14,29%
DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL	10,20%
PRINCÍPIOS	5,01%
DAS PENAS	5,01%
DA CULPABILIDADE	5,01%
DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	3,06%
DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS	3,06%
DO CONCURSO DE PESSOAS	2,04%
DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	2,04%
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	2,04%
DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADM	2,04%
DA AÇÃO PENAL	1,02%
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	0,00%

DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL	INCIDÊNCIA
APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO	55,00%
APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO	45,00%

TEORIA DO CRIME	INCIDÊNCIA
ITER CRIMINIS	55,00%
ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES	45,00%

DA CULPABILIDADE	INCIDÊNCIA
IMPUTABILIDADE PENAL	75,00%
EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	25,00%

DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNC. PÚBL. CONTRA A ADM.	INCIDÊNCIA
PECULATO	66,67%
PREVARICAÇÃO	33,33%

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADM	INCIDÊNCIA
DESACATO	50,00%
TRÁFICO DE INFLUÊNCIA	50,00%

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	INCIDÊNCIA
HOMICÍDIO	62,50%
LESÕES CORPORAIS	37,50%

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	INCIDÊNCIA
DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	67,66%
DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP)	33,33%

DIREITO PENAL MILITAR	
APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR (ART. 1º AO 28, CPM)	37,50%
DOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR (ART. 149 A 182, CPM)	18,75%
DO CRIME (ART. 29 A 47, CPM)	12,50%
DA IMPUTABILIDADE PENAL MILITAR (ART. 48 A 52, CPM)	12,50%
DA APLICAÇÃO DA PENA (ART. 69 A 83, CPM)	6,25%
PENAS ACESSÓRIAS (ART. 98 A 109, CPM)	6,25%
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR (ART. 298 A 339, CPM)	6,25%

APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR (ART. 1º AO 28, CPM)	INCIDÊNCIA
LOCAL DO CRIME	40,00%
RETROATIVIDADE DA LEI	20,00%
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	20,00%
EXCESSO CULPOSO	20,00%

DO CRIME (ART. 29 A 47, CPM) DA IMPUTABILIDADE PENAL MILITAR (ART. 48 A 52, CPM)	INCIDÊNCIA
CULPABILIDADE	33,33%
ERRO	33,33%
IMPUTABILIDADE	33,33%

DA APLICAÇÃO DA PENA (ART. 69 A 83, CPM) PENAS ACESSÓRIAS (ART. 98 A 109, CPM)	INCIDÊNCIA
CRIMINOSO POR TENDÊNCIA (ART. 87, §3º, CPM)	50,00%
PENAS ACESSÓRIAS (ARTIGO 98, CPM)	50,00%

DOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR (ART. 149 A 182, CPM)	INCIDÊNCIA
DA VIOLÊNCIA CONTRA SUPERIOR OU MILITAR DE SERVIÇO (ARTS. 157 A 159, CPM)	33,33%
DO DESRESPEITO A SUPERIOR E A SÍMBOLO NACIONAL OU A FARDA (ARTS. 160 A 162, CPM)	33,33%
DA USURPAÇÃO E DO EXCESSO OU ABUSO DE AUTORIDADE (ARTS. 167 A 176, CPM)	33,33%

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO MILITAR (ART. 298 A 339, CPM)	INCIDÊNCIA
CRIME DE ABANDONO DE POSTO	65,00%
DESERÇÃO	17,50%
DESACATO E DESOBEDIÊNCIA	17,50%

DIREITO ADMINISTRATIVO	
AGENTES PÚBLICOS	24,40%
ATOS ADMINISTRATIVOS	22,34%
PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	17,87%
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	13,40%
PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO	11,00%
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	4,47%
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	4,47%
DIREITO ADMINISTRATIVO: ORIGEM, CONCEITO E FONTES	2,06%

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	INCIDÊNCIA
MORALIDADE	16,3%
LEGALIDADE	16,3%
IMPESSOALIDADE	14,3%
EFICIÊNCIA	12,2%
PUBLICIDADE	10,2%
INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO	6,1%
CONTROLE (TUTELA)	6,1%

SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO	6,1%
RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE	4,1%
MOTIVAÇÃO	2,0%
PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE E VERACIDADE	2,0%
PRINCÍPIOS - ASPECTOS INTRODUTÓRIOS (SIGNIFICADO DE PRINCÍPIOS, DIFERENÇA ENTRE PRINCÍPIOS E REGRAS, ABRANGÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E HIERARQUIA ENTRE OS PRINCÍPIOS)	2,0%
AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO	2,0%
AUTOTUTELA	0,0%
PROTEÇÃO À CONFIANÇA	0,0%
SINDICABILIDADE	0,0%
BOA-FÉ	0,0%
ESPECIALIDADE	0,0%
PRECAUÇÃO	0,0%
SEGURANÇA JURÍDICA	0,0%
CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	0,0%
HIERARQUIA	0,0%

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	INCIDÊNCIA
CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS: AUTARQUIA, FUNDAÇÃO PÚBLICA, AGÊNCIAS REGULADORAS E AGÊNCIAS EXECUTIVAS	29,0%
CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS: EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA; LEI DAS ESTATAIS (EXCETO REGRAS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS)	29,0%
DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	16,1%
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	16,1%
CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	16,1%

PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO	INCIDÊNCIA
PODER DE POLÍCIA	25,0%
PODER HIERÁRQUICO	19,4%

ABUSO DE PODER	16,7%
PODER DISCIPLINAR	13,9%
PODER REGULAMENTAR	8,3%
PODER VINCULADO	5,6%
PODER DISCRICIONÁRIO	5,6%
PODER-DEVER DE AgIR	2,8%
PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS (CONCEITO DE PODERES ADMINISTRATIVOS/DEVERES ADMINISTRATIVOS ETC.)	2,8%
DEVER DE EFICIÊNCIA	0,0%
DEVER DE PROBIIDADE	0,0%
DEVER DE PRESTAR CONTAS	0,0%

ATOS ADMINISTRATIVOS	INCIDÊNCIA
ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	18,5%
EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	18,5%
ELEMENTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	14,8%
ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	14,8%
CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO	11,1%
CLASSIFICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	11,1%
CONHECIMENTOS INTRODUTÓRIOS: CONCEITO DE ATO ADMINISTRATIVO. ATOS PRIVADOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. FATO ADMINISTRATIVO	7,4%
MOTIVAÇÃO E TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES	3,7%
MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO	0,0%

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	
INQUÉRITO POLICIAL MILITAR	30,0%
PRISÕES E MEDIDAS CAUTELARES	20,0%
COMPETÊNCIA	20,0%
MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	10,0%
PARTES DO PROCESSO	10,0%

LEI PROCESSUAL MILITAR

10,0%

PROCESSO PENAL MILITAR E SUA APLICAÇÃO
POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR E INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

INCIDÊNCIA

CARACTERÍSTICAS DO IPM

60,0%

DELEGACÃO

20,0%

APLICAÇÃO DO PROCESSO PENAL MILITAR

20,0%

JUIZ, AUXILIARES E PARTES DO PROCESSO - I

INCIDÊNCIA

ESPÉCIES DAS AÇÕES PENAIS

38,0%

REQUISITOS DA DENÚNCIA

30,0%

PRAZO DA DENÚNCIA

16,0%

LEGITIMIDADE

8,0%

ARQUIVAMENTO

8,0%

JUIZ, AUXILIARES E PARTES DO PROCESSO - II

INCIDÊNCIA

SUSPEIÇÃO

30,0%

IMPEDIMENTO

25,0%

ASSISTENTE

20,0%

REPRESENTANTE LEGAL DO ACUSADO

15,0%

PARTES DO PROCESSO

10,0%

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL E DA UNIÃO

INCIDÊNCIA

REGRAS DE COMPETÊNCIA

78,0%

PREVENÇÃO

11,0%

CONEXÃO

7,0%

CONTINÊNCIA

4,0%

QUESTÕES PREJUDICIAIS; INCIDENTE DE SANIDADE MENTAL DO ACUSADO; INCIDENTE DE FALSIDADE DE DOCUMENTO	INCIDÊNCIA
INCIDENTE DE SANIDADE MENTAL DO ACUSADO	43,0%
INCIDENTE FALSIDADE DE DOCUMENTO	21,0%
EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	19,0%
QUESTÕES PREJUDICIAIS	17,0%

PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SOBRE COISAS	INCIDÊNCIA
BUSCA	55,0%
ARRESTO	21,0%
SEQUESTRO	14,0%
RESTITUIÇÃO	10,0%

PRISÃO EM FLAGRANTE; PRISÃO PREVENTIVA; MENAGEM; LIBERDADE PROVISÓRIA; APLICAÇÃO PROVISÓRIA DE MEDIDAS DE SEGURANÇA	INCIDÊNCIA
PRISÃO EM FLAGRANTE	39,31%
PRISÃO PREVENTIVA	24,99%
LIBERDADE PROVISÓRIA	21,42%
MENAGEM	14,28%
APLICAÇÃO PROVISÓRIA DE MEDIDAS DE SEGURANÇA	0,0%

DA EXECUÇÃO; DA JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA	INCIDÊNCIA
EXECUÇÃO DA SENTENÇA PENAL MILITAR	83,33%
DA JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA	16,67%

LEGISLAÇÕES EXTRAVAGANTES MAIS PERTINENTES

ESTATUTO DO DESARMAMENTO

LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

CRIMES HEDIONDOS

LEI MARIA DA PENHA

LEI DE TÓXICOS

LEI DE TORTURA

LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS

ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS (PRINCIPALMENTE ARTS. 14, 15, 26 E 49)

